

# 2025

# BOLETIM SOCIAL

## Mulheres Piauienses



RESUMO	02
APRESENTAÇÃO	03
<b>1</b> EQUIDADE DE GÊNERO E A ANÁLISE DE INDICADORES	03
<b>2</b> INDICADORES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESOCUPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	05
<b>2.1</b> Número de ingressos em cursos de graduação	05
<b>2.2</b> Mortalidade materna	06
<b>2.3</b> Taxa de desocupação por sexo	07
<b>2.4</b> Representação política	09
<b>3</b> PONDERAÇÕES	12
REFERÊNCIAS	13

**Governo do Estado do Piauí**  
Rafael Tajra Fonteles

**Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)**  
Washington Luís de Sousa Bonfim

**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e  
Planejamento Participativo (CEPRO)**  
Cíntia Bartz Machado

**Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)**  
Liége de Souza Moura

**Gerência de Estudos Sociais (GES)**  
Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

**Equipe de Elaboração**  
Lara Danuta da Silva Amaral Gomes  
Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva  
Leonardo de Castro Araújo (Estagiário)  
Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho (Estatístico)  
Geysivan Campos Sampaio (Estatístico)

**Setor de Publicações**  
Luciana Maura Sales de Sousa  
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

**Normalização**  
Adriana Melo Lima

**Capa e diagramação**  
Pedro Henrique Soares da Silva

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Boletim Social – Mulheres Piauienses [recurso eletrônico] / Superintendência CEPRO/SEPLAN  
– Teresina – PI : CEPRO/SEPLAN, 2025.

13 p. : il. color. v. 3, n. 4 (jan./abril 2025)

Os Boletins, nos anos de 2020 a 2022, tiveram outro formato de publicação.

1. Socioeconomia - Piauí. 2. Mulher. 3. Políticas públicas. 4. equidade de gênero.  
I. Título.

CDU 338(812.2)(05)

## Contato

SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN  
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: [assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br](mailto:assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br) – Sítio: [www.cepro.pi.gov.br](http://www.cepro.pi.gov.br)

## RESUMO

O Boletim Social sobre as mulheres piauienses apresenta informações que servem como base para a formulação, implementação e direcionamento de políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente no combate às desigualdades e na promoção da equidade de gênero. O texto retrata a realidade das mulheres no estado, fundamentando-se em uma análise quantitativa de indicadores desagregados por sexo, em que abrange áreas como educação, saúde, desocupação e representação política. A equidade de gênero ainda é um desafio na sociedade, sendo assim, a garantia e ampliação dos direitos das mulheres devem ser um compromisso dos governos, instituições e sociedade civil.

## APRESENTAÇÃO

Este boletim tem como objetivo analisar indicadores relacionados à realidade das mulheres no Piauí, com foco em dimensões essenciais como educação, saúde, desocupação e representação política. Ao apresentar esses dados, busca-se oferecer subsídios para a elaboração, a execução e a expansão de políticas públicas direcionadas às mulheres piauienses, contribuindo assim para a redução das desigualdades e o avanço da equidade de gênero no estado.

A análise é de natureza quantitativa e fundamentada em dados oficiais, por exemplo, os indicadores educacionais provêm do Censo do Ensino Superior (INEP); as informações sobre saúde são extraídas do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS); os dados relativos à desocupação têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua – 4º trimestre); e, as estatísticas sobre representação política são oriundas das Estatísticas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa abordagem metodológica, baseada em fontes oficiais e reconhecidas, confere robustez e confiabilidade aos resultados, qualificando-os como incentivos técnicos relevantes para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas às mulheres piauienses.

A publicação busca servir como um instrumento útil para gestores públicos, pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam na promoção da igualdade de gênero. Ao apresentar dados consistentes sobre a situação das mulheres no Piauí, o Boletim pretende contribuir para o desenvolvimento de ações mais bem fundamentadas.

Este estudo é realizado de forma sistemática e anual, reunindo e analisando indicadores de gênero com foco na situação das mulheres. Ao longo dos anos, essa iniciativa tem possibilitado a construção de séries históricas, permitindo acompanhar a evolução dos dados e identificar avanços e desafios na promoção da equidade de gênero. A expectativa é que essas informações possam fomentar reflexões e apoiar iniciativas que visem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 1 EQUIDADE DE GÊNERO E A ANÁLISE DE INDICADORES

O debate sobre equidade de gênero vem ganhando maior relevância nos últimos anos, impulsionado tanto pela atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil quanto por sua crescente inserção nas agendas políticas nacional e internacional. Um importante avanço nessa discussão tem sido a utilização de indicadores desagregados por sexo, que oferecem uma fotografia das desigualdades existentes.

Nesse contexto, a discussão do conceito de gênero representou uma mudança significativa na forma de analisar a questão feminina. Superou-se a perspectiva puramente biológica para adotar uma compreensão mais ampla, que entende as relações entre homens e mulheres como construções sociais e culturais – e, portanto, passíveis de transformação, conforme destacado por Barbosa (2023). Essa abordagem tem permitido análises e propostas assertivas.

Contextualizando essa discussão conceitual, em 2013 a Comissão Estatística das Nações Unidas aprovou o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), isso ao estabelecer diretrizes globais para mensurar avanços na equidade de gênero. Essa ferramenta, que organiza os indicadores em cinco eixos temáticos – direitos humanos das mulheres e meninas, participação na vida pública e tomada de decisão, acesso à saúde, educação e empoderamento econômico – reflete justamente essa compreensão multidimensional das desigualdades de gênero como fenômeno social complexo.

Dessa forma, o CMIG não apenas consolida a importância de estatísticas desagregadas por sexo, como também oferece um marco analítico que dialoga diretamente com a perspectiva teórica mencionada anteriormente – em que as relações de gênero são entendidas como construções sociais dinâmicas e passíveis de transformação por meio de políticas informadas por evidências.

A definição desses indicadores marca também uma agenda pública internacional, que posteriormente estaria presente dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial no ODS-5 “Igualdade de Gênero”, que tem como principal meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Como evidenciado por Rocha, Curi, Marguti e Costa (2017) em seu estudo sobre gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), a construção de indicadores eficazes para diagnosticar as condições socioeconômicas de populações em situação de vulnerabilidade ainda representa um desafio significativo. Os autores destacam que “a desagregação dos indicadores do censo permite captar algumas nuances quantitativas que revelam a persistente desigualdade entre homens e mulheres” (Rocha; Curi; Marguti e Costa, 2017, p. 7).

A análise realizada por Rocha, Curi, Marguti e Costa (2017) concentrou-se especificamente no eixo do mercado de trabalho, demonstrando como a desagregação dos dados por sexo revela realidades distintas. Embora os indicadores gerais apontem redução da vulnerabilidade social para ambos os gêneros, a observação detalhada evidencia que as mulheres permanecem em situação mais vulnerável que os homens no âmbito laboral – um padrão que se mantém em todo o território nacional.

Como ressalta Barbosa (2023), as desigualdades de gênero persistem como desafio contemporâneo, mesmo diante dos progressos alcançados nas últimas décadas. Os indicadores nacionais específicos sobre gênero surgem, portanto, como instrumentos para tornar visíveis essas disparidades estruturais.

Essa abordagem analítica cumpre um triplo papel estratégico: (1) permite o monitoramento sistemático das desigualdades; (2) fornece subsídios técnicos para a criação e aperfeiçoamento de políticas públicas; e (3) promove transparência sobre as condições de vulnerabilidade feminina, facilitando a cobrança de respostas institucionais mais assertivas.

## **2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESOCUPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Os indicadores selecionados – Número de Ingressos em Cursos de Graduação, Mortalidade Materna, Taxa de Desocupação por Sexo e Representação Política – estão em sintonia com a concepção multidimensional do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) da ONU, uma vez que abrangem diferentes dimensões críticas para a análise das desigualdades de gênero.

O Número de Ingressos em Cursos de Graduação reflete diretamente o eixo da educação, permitindo avaliar se há equidade no acesso ao Ensino Superior entre homens e mulheres. Já a Mortalidade Materna está vinculada ao eixo do acesso à saúde, revelando não apenas a qualidade dos serviços médicos, mas também as condições sociais que afetam a saúde das mulheres. Por sua vez, a Taxa de Desocupação por Sexo relaciona-se ao empoderamento econômico, mostrando disparidades no mercado de trabalho e a vulnerabilidade feminina em situações de desemprego. Por fim, a Representação Política mede a participação das mulheres na vida pública e na tomada de decisões, um indicador que avalia avanços na igualdade de gênero em espaços de poder.

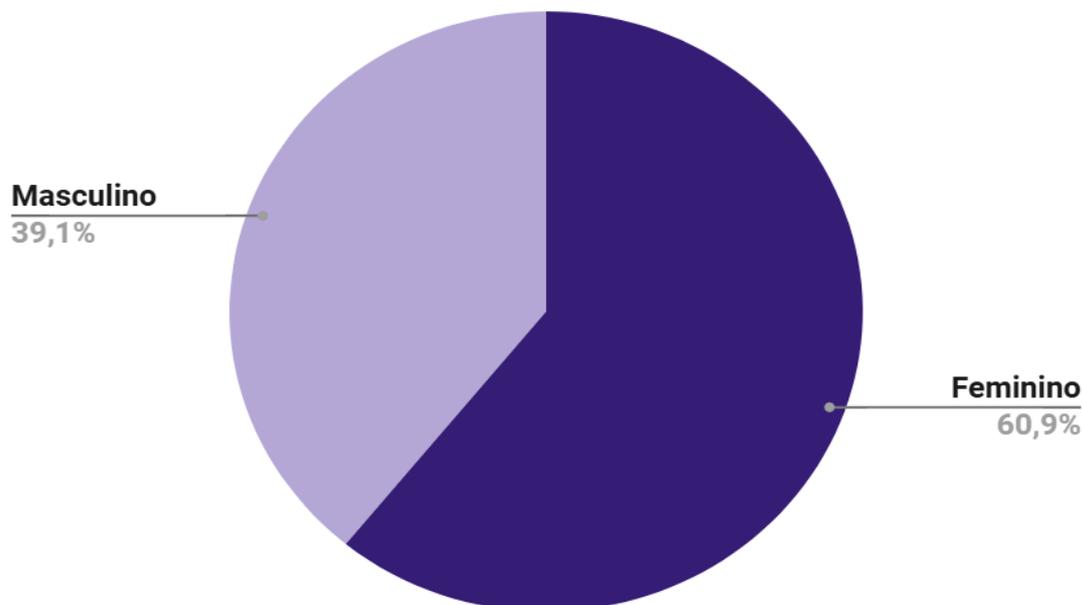
Dessa forma, esses indicadores não apenas seguem as diretrizes do CMIG, mas também permitem uma análise integrada das desigualdades, demonstrando como as barreiras enfrentadas pelas mulheres se interligam em diferentes esferas – educacional, econômica, política e de saúde. A partir de um dado recorte, essa abordagem multidimensional fornece elementos para compreender e enfrentar o fenômeno complexo da desigualdade de gênero.

### **2.1 Número de ingressos em cursos de graduação**

Os dados do Censo do Ensino Superior de 2023 (INEP) revelam uma significativa predominância feminina nos ingressantes de cursos de graduação no Piauí: enquanto as mulheres representam 60,9% do total, os homens correspondem a 39,1%. Essa diferença de 21,8 pontos

percentuais (ou 22% em termos relativos) indica que, no acesso ao Ensino Superior, as mulheres mantêm uma vantagem em relação aos homens.

Gráfico 1 - Percentual de ingressantes nos cursos de graduação por sexo no Piauí (2023)



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Os dados do Piauí confirmam a tendência nacional de feminização do Ensino Superior, com as mulheres representando 60,9% dos ingressantes nos cursos de graduação. Esse é um fenômeno decorrente da maior escolarização das mulheres e melhores índices de conclusão na Educação Básica, conquistados após décadas de exclusão educacional (Barros; Mourão, 2018).

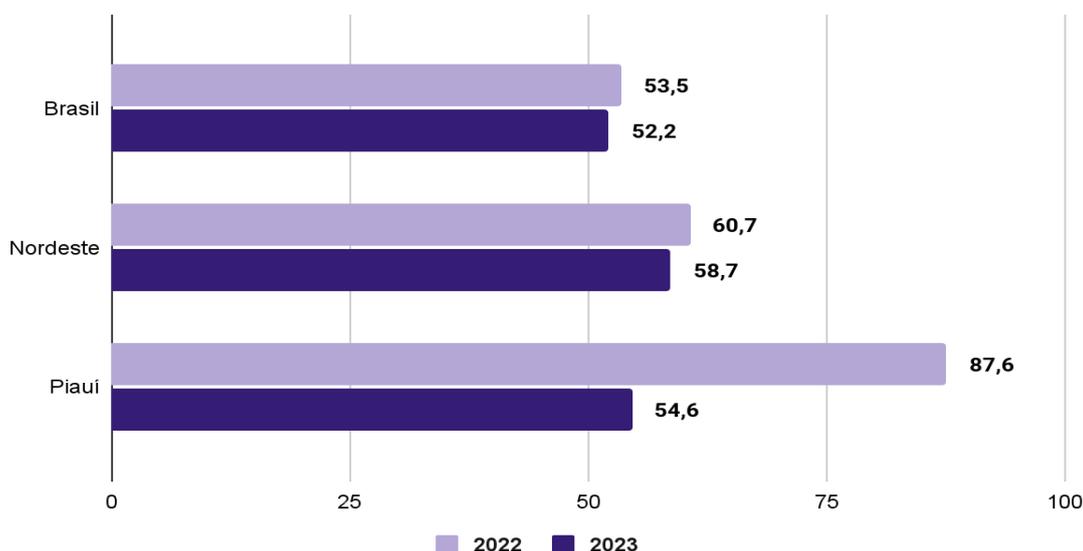
## 2.2 Mortalidade materna

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), com base na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a morte materna pode ser definida como a morte de mulheres durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais (EBSERH, 2021).

A taxa de mortalidade materna – calculada pelo número de óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos em um determinado território e período – é um indicador crítico para avaliar as condições de saúde e assistência às gestantes. No caso do Piauí, os dados do Ministério da Saúde revelam uma redução significativa nessa taxa entre 2022 e 2023, passando de 87,6 para 54,6 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

A partir dos dados, constata-se que a redução da taxa de mortalidade materna não se restringe ao Piauí, mas segue uma tendência observada em diferentes escalas geográficas. No Nordeste, a taxa apresentou declínio de 60,7 para 58,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos entre 2022 e 2023. Essa trajetória decrescente se repete, ainda que de forma menos acentuada, em nível nacional, com o Brasil registrando uma diminuição de 53,5 para 52,2 óbitos por 100 mil nascidos vivos no mesmo período (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos (2022 - 2023)



Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

A análise desagregada por cor/raça dos indicadores de mortalidade materna demonstra padrões distintos entre grupos populacionais. Os registros evidenciam uma redução de 12,52 pontos percentuais na mortalidade materna entre mulheres brancas, em contraste com um aumento de 23,33 pontos percentuais entre mulheres pardas. Essa divergência nos resultados indica diferenças significativas nos determinantes de saúde que afetam esses grupos populacionais.

### 2.3 Taxa de desocupação por sexo

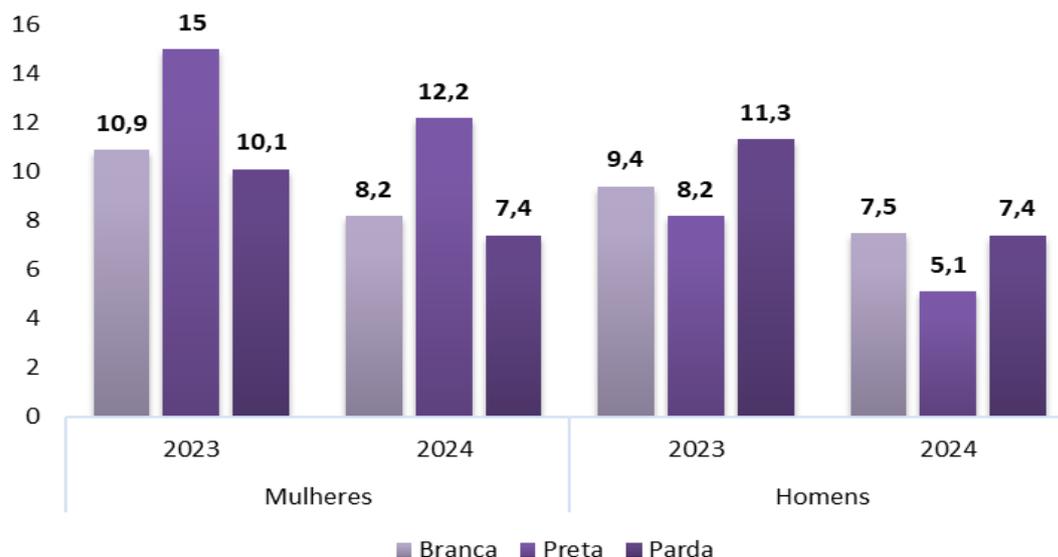
A taxa de desocupação, calculada como a razão entre a população desocupada (indivíduos sem trabalho remunerado, disponíveis e que buscaram emprego na semana de referência) e a força de trabalho total (população ocupada mais desocupada), multiplicada por 100, constitui um indicador fundamental para análise das condições do mercado de trabalho, cuja metodologia segue os parâmetros da OIT e é sistematicamente apurada pelo IBGE na PNAD Contínua.

A partir do segundo semestre de 2016, o IBGE implementou uma importante atualização terminológica, substituindo a expressão “pessoas desempregadas” por “pessoas desocupadas”, em estrita conformidade com as diretrizes internacionais estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na “Resolução sobre Estatísticas de Trabalho, Emprego e Subutilização da Mão de Obra” (ILO, 2013). Essa alteração conceitual representa um alinhamento metodológico fundamental com os padrões internacionais de mensuração do mercado de trabalho.

O termo “desocupação”, utilizado pelo IBGE, passa a designar tecnicamente o contingente populacional que: (1) não possuía trabalho remunerado na semana de referência; (2) estava disponível para assumir uma ocupação; e (3) tomou medidas efetivas para procurar emprego. Essa padronização permite maior comparabilidade internacional dos indicadores laborais e reforça a precisão conceitual das estatísticas brasileiras, mantendo coerência com o sistema de contabilização da força de trabalho adotado globalmente.

A análise dos microdados da PNAD Contínua (2023-2024) revela que, embora tenha ocorrido redução nas taxas de desocupação tanto para os homens quanto para as mulheres, persiste uma assimetria de gênero: as mulheres mantêm sistematicamente taxas superiores às dos homens (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Taxa de Desocupação por sexo e raça ou cor no Piauí (2023-2024)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - 4º trimestre. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

A análise dos dados desagregados por cor/raça e gênero revela padrões distintos de inserção laboral, enquanto mulheres brancas apresentaram taxa de desocupação de 10,9% (2023) e 8,2% (2024), mulheres pretas registraram 15% e 12,2% no mesmo período, evidenciando uma

desigualdade intragênero de aproximadamente 4,1 pontos percentuais. Entre os homens, observa-se menor variação racial, com pretos mostrando 8,2% (2023) e 5,1% (2024), contra 9,4% e 7,5% dos brancos. As mulheres pretas mantêm taxas cerca de 2,4 vezes superiores às de homens pretos em 2024, enquanto a diferença entre mulheres e homens brancos foi de apenas 0,7 ponto percentual no mesmo ano.

## 2.4 Representação política

A Lei n.º 9.504/1997 estabelece cotas de gênero que obrigam os partidos políticos a preencherem entre 30% e 70% das candidaturas para cada sexo, visando promover maior equidade na representação política. Contudo, os dados das últimas eleições municipais revelam que essa disposição legal não tem sido plenamente efetivada na prática. Embora as candidaturas femininas tenham alcançado o patamar mínimo de 30% em muitas localidades, elas raramente ultrapassam significativamente esse limite, enquanto as candidaturas masculinas continuam predominando na maioria dos casos.

Em 2024, o número de candidatas mulheres (3.012) representou aproximadamente metade do total de candidatos homens (5.966), evidenciando uma disparidade significativa de gênero nas eleições municipais, com diferença mais acentuada no cargo de prefeita no Piauí, onde apenas 73 mulheres se candidataram contra 423 homens. Além disso, comparando os pleitos de 2020 e 2024, verifica-se uma redução preocupante de 15% nas candidaturas femininas, que passaram de 3.548 para 3.012, indicando uma queda na participação política das mulheres, apesar das cotas eleitorais estabelecidas pela legislação brasileira.

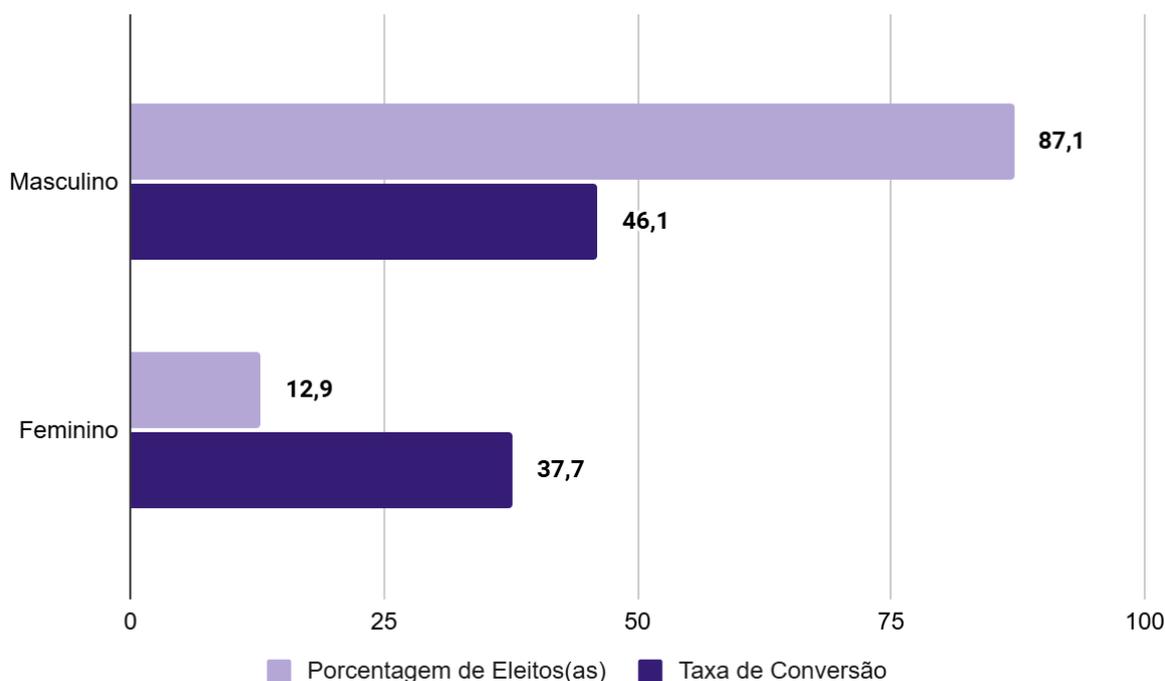
Tabela 1 - Número de candidatos por cor ou raça nas eleições municipais de Teresina-PI (2020-2024)

CARGO POR SEXO	2020						2024							
	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADO	PARDA	PRETA	TOTAL GERAL	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADO	PARDA	PRETA	TOTAL GERAL
<b>FEMININO</b>	24	905	3	53	2203	360	3548	15	757	4	11	1833	392	3012
PREFEITO	4	45			46	1	96	1	33			34	5	73
VEREADOR	19	805	3	50	2098	349	3324	13	671	4	10	1732	380	2810
VICE-PREFEITO	1	55		3	59	10	128	1	53		1	67	7	129
<b>MASCULINO</b>	35	1663	4	121	4551	748	7122	29	1480	7	9	3748	693	5966
PREFEITO	1	169	1	6	311	30	518	1	163			241	18	423
VEREADOR	32	1339	3	111	3943	688	6116	24	1182	7	8	3297	649	5167
VICE-PREFEITO	2	155		4	297	30	488	4	135		1	210	26	376
<b>TOTAL GERAL</b>	59	2.568	7	174	6.754	1.108	10.670	44	2.237	11	20	5.581	1.085	8.978

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2020-2024. Estatísticas eleitorais. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Os dados das eleições municipais no Piauí em 2024 revelam disparidades de gênero tanto na representação final quanto na eficácia das candidaturas. Apesar de as mulheres representarem 14,7% do total de candidaturas a prefeito (73 de 496), sua participação entre os eleitos foi ainda menor (12,9%, com 29 prefeitas), evidenciando um desequilíbrio na conversão de candidaturas em mandatos. A taxa de conversão masculina (46,1%) superou em 6,4 pontos percentuais a feminina (39,7%). Essa diferença se amplia na composição final das prefeituras, onde os homens ocupam 87,1% dos cargos, demonstrando que os mecanismos de incentivo à participação feminina na política ainda são baixos.

Gráfico 4 - Eleitos(as) a prefeito(a) no Piauí (2024): distribuição percentual por sexo e taxa de conversão eleitoral (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024. Estatísticas eleitorais. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

A representação política é um importante fator para identificar a equidade de gênero em uma sociedade. As mulheres lutaram assiduamente pelos seus direitos políticos, primeiro conquistando o direito do voto e, somente anos depois, conquistando o direito à candidatura. Sendo assim, é histórica a mobilização política das mulheres por representação. Os dados demonstram que a obrigatoriedade mínima de candidatura por sexo não tem garantido a paridade entre homens e mulheres no pleito político.

## 3 PONDERAÇÕES

Os dados evidenciam que, embora a inclusão educacional das mulheres tenha avançado no Piauí, tal progresso não se traduziu em equidade real no mercado de trabalho. Essa dinâmica revela que a maior escolarização não garantiu a eliminação das disparidades laborais, mantendo-se diferenças salariais e barreiras à ocupação.

No âmbito da saúde, as variações na mortalidade materna destacam desigualdades racialmente estratificadas, que apresentam distribuição desigual entre mulheres brancas e negras. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas específicas que considerem o recorte racial como determinante social da saúde, assegurando equidade nos resultados. A mortalidade materna não é apenas um indicador clínico, mas um reflexo de iniquidades profundas que exigem abordagens interseccionais, combinando gênero, raça e classe para enfrentar vulnerabilidades historicamente consolidados.

Na esfera política, os dados das eleições municipais de 2024 no Piauí ilustram os limites das atuais políticas de cotas: embora as mulheres representassem 14,7% das candidaturas a prefeita, apenas 12,9% foram eleitas, com taxa de conversão 6,4 pontos percentuais inferior à masculina. Essa sub-representação evidencia que mecanismos formais de incentivo são insuficientes sem ações complementares que combatam barreiras como a distribuição desigual de recursos financeiros e a cultura política patriarcal. A baixa presença feminina nos cargos executivos municipais reflete uma desconexão entre avanços normativos e transformações práticas, exigindo maior rigor na fiscalização e aprimoramento dos instrumentos de promoção da participação política das mulheres.

Portanto, a análise transversal dos indicadores educacionais, laborais, de saúde e políticos demonstra que as desigualdades de gênero no Piauí são multifacetadas e reforçadas por interseções com raça e classe. Para enfrentá-las, é essencial adotar políticas públicas que articulem essas dimensões, promovendo desde a valorização equitativa das profissões majoritariamente femininas até o acesso universal à saúde de qualidade, passando por mecanismos efetivos de incentivo à liderança política. A transversalidade deve guiar tanto a produção de dados desagregados quanto a formulação de ações concretas, garantindo que avanços parciais não ofusquem a persistência de estruturas discriminatórias que limitam a plena cidadania das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Carina Moreira. **Desigualdades em números: o que revelam as estatísticas e os indicadores sensíveis ao gênero.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e174090, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16.abr.2025.

EBSERH. **Mortalidade materna: um desafio para a saúde pública mundial.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hujb-ufcg/comunicacao/noticias/parto-seguro>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília: IBGE, 2023-2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?>. Acesso em: 20 fev. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., Geneve, 2013. Proceedings [...]. Geneve: ICLS, 2013. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms\\_230304.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf). Acesso em: 27 mar. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023.** Brasília: MEC, 2023saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema Nacional de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). 2023.

ROCHA, Betty; CURI, Rodrigo; MARGUTI, Bárbara; COSTA, Marco. A dimensão de gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): alguns apontamentos teóricos e analíticos. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, jan. - jun. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU\\_n16\\_Dimens%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU_n16_Dimens%C3%A3o.pdf). Acesso em: 20 fev. 2025.

TSE. **Estatísticas eleitorais (2020 e 2024).** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2025. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 20 fev. 2025.